



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA NOTARIAL E REGISTRAL -
COOPNORE

A thin, gold diagonal line starts from the left side of the page and extends towards the center, ending just before the word "Financeiras".

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Relatório da Administração

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DE
30 DE JUNHO DE 2026

UNICRED 

O VALOR
DE QUEM CUIDA



SUMÁRIO

Cenário econômico	/ 03
Principais indicadores sistêmicos	/ 05
Governança e participação	/ 06
Avanços estratégicos	/ 06
a. Reposicionamento da marca	/ 06
b. Soluções personalizadas e relacionamento com cooperados	/ 08
c. Nova Política de Concessão de Crédito	/ 09
d. Eficiência e produtividade nos processos internos	/ 09
e. Canais	/ 10
f. Evolução da tecnologia da informação	/ 11
g. Cultura organizacional	/ 12
Centralização financeira	/ 13
Gestão de riscos e supervisão	/ 13
Programa de Conformidade Sistêmico	/ 14
Programa Sistêmico de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP)	/ 15
Programas de Educação Financeira	/ 16
Projetos e Ações Sociais	/ 16
Destaques da Coopnore Unicred	/ 17
Perspectivas	/ 19

Cenário econômico

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos os principais resultados e realizações do Sistema Unicred no primeiro semestre de 2026.

O ambiente macroeconômico ao longo do primeiro semestre permaneceu desafiador para o sistema financeiro brasileiro. Embora a economia tenha mantido trajetória de crescimento, sustentada principalmente pelo mercado de trabalho resiliente, pelo consumo das famílias e pela continuidade dos investimentos, o cenário continuou marcado por inflação acima da meta, juros em patamar historicamente elevado durante boa parte do semestre e aumento das incertezas no ambiente internacional.

Nesse contexto, as instituições financeiras seguiram operando em um ambiente de maior seletividade na concessão de crédito, exigindo disciplina na gestão de riscos, eficiência operacional, adequada alocação de capital e busca permanente pelo equilíbrio entre crescimento e rentabilidade.

ATIVIDADE ECONÔMICA¹

A economia brasileira apresentou desempenho superior às expectativas no primeiro semestre de 2026. O crescimento observado no primeiro trimestre foi impulsionado pelo fortalecimento do consumo interno, expansão dos investimentos e continuidade do bom desempenho do agronegócio e do setor de serviços.

O mercado de trabalho permaneceu robusto, com níveis historicamente baixos de desemprego e crescimento da massa salarial, fatores que sustentaram o consumo das famílias mesmo diante do elevado custo do crédito.

As projeções de mercado indicam crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) próximo de 2% em 2026.

INFLAÇÃO E POLÍTICA MONETÁRIA²

A inflação apresentou comportamento mais resiliente do que o esperado, especialmente em componentes ligados aos serviços, alimentos e energia. Após manter a taxa Selic em 15,00% a.a. no início do ano, o COPOM iniciou um ciclo gradual de flexibilização monetária, reduzindo a taxa para 14,25% a.a. ao final do primeiro semestre.

MERCADO DE CRÉDITO³

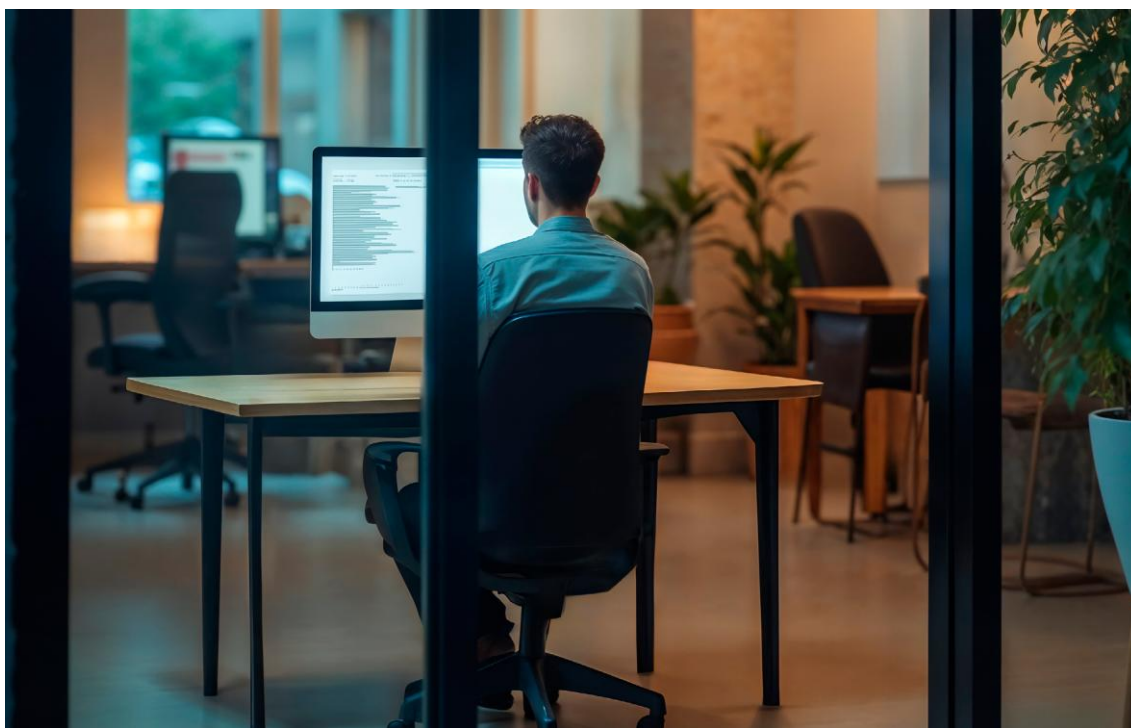
O mercado de crédito continuou expandindo, porém em ritmo mais moderado. As instituições financeiras mantiveram critérios mais rigorosos na originação das operações, privilegiando qualidade das carteiras, adequada precificação do risco, preservação dos índices de capital e crescimento sustentável.

INADIMPLÊNCIA⁴

Embora alguns indicadores apontem estabilização, a inadimplência permaneceu acima das médias históricas, reforçando a importância das políticas de concessão, monitoramento e recuperação de crédito.

AMBIENTE INTERNACIONAL⁵

O cenário externo permaneceu marcado por elevada volatilidade, decorrente das tensões geopolíticas, das incertezas sobre o comércio internacional e da política monetária das principais economias, impactando commodities, câmbio e fluxo de capitais.



SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL⁶

O setor financeiro brasileiro manteve adequada solidez patrimonial e liquidez, com foco em eficiência operacional, preservação das margens financeiras, diversificação de receitas, transformação digital e gestão de riscos.

Notas e Fontes

¹ BCB – Relatório de Política Monetária (jun/2026); IBGE – Contas Nacionais.

² BCB – Comunicado e Ata da 279ª Reunião do COPOM; RPM jun/2026.

³ BCB – Relatório de Política Monetária; Ministério da Fazenda – Panorama Macroeconômico.

⁴ BCB – Relatório de Política Monetária (jun/2026).

⁵ BCB – Relatório de Política Monetária – Economia Internacional

⁶ BCB – Relatório Focus; Relatório de Política Monetária (jun/2026).

Principais indicadores sistêmicos

No primeiro semestre de 2026, o Sistema Unicred manteve sua trajetória de crescimento sustentável, mesmo diante de um cenário econômico desafiador, refletindo a confiança dos cooperados e a solidez do modelo cooperativista.

O SISTEMA UNICRED ENCERROU O PERÍODO COM:

**396.341
cooperados**



5% DE CRESCIMENTO
EM RELAÇÃO A
DEZEMBRO DE 2025

**R\$ 19,1 bilhões
em carteira de crédito**



2% DE CRESCIMENTO
EM RELAÇÃO A
DEZEMBRO DE 2025

**R\$ 38,7 bilhões
em ativos totais**



8% DE CRESCIMENTO
EM RELAÇÃO A
DEZEMBRO DE 2025

**R\$ 31,9 bilhões
em depósitos**



8% DE CRESCIMENTO
EM RELAÇÃO A
DEZEMBRO DE 2025

Governança e Participação

Neste semestre, tivemos a posse do novo CEO do Sistema Unicred, Daniel Martin Ely, em substituição à Vladimir Duarte. Daniel chega com o compromisso de dar sequência ao que já vem sendo desenvolvido, em conexão com as transformações do mercado e com o papel da instituição junto às suas cooperativas e aos seus cooperados, respeitando nossa história e ajudando a preparar o sistema para o futuro, mantendo o cooperado no centro das decisões e consolidando a recente mudança para dois níveis.

Neste semestre, teve início um novo ciclo do Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC). Baseado em um modelo de excelência em gestão, o programa realiza um diagnóstico dos processos da cooperativa, identificando pontos fortes e oportunidades de melhoria para fortalecer as práticas de governança e gestão. Para apoiar as cooperativas nesse processo, a Central Unicred do Brasil disponibilizou o Guia do PDGC, com orientações práticas e estratégicas que contribuem para a qualidade, a consistência e a assertividade das informações.

A iniciativa reforça a padronização dos processos, promove a **evolução da gestão e fortalece as práticas de governança em todo o Sistema Unicred.**

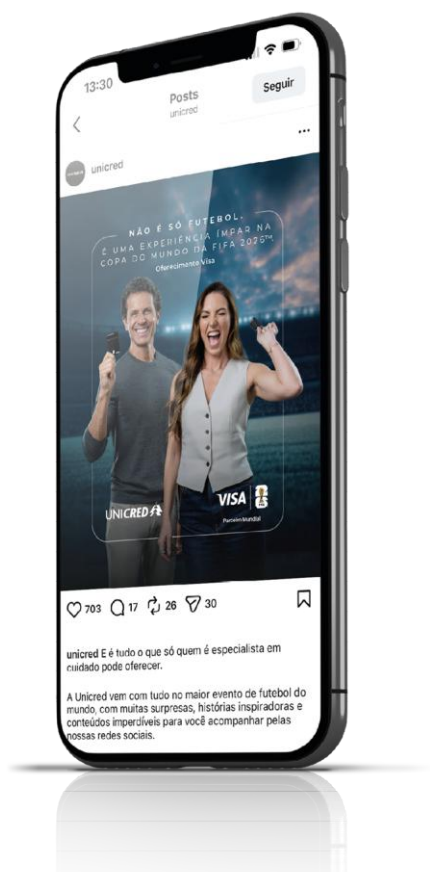
Avanços Estratégicos

Em 2026, consolidamos avanços relevantes da nossa estratégia, fortalecendo a entrega de valor sustentável e impulsionando iniciativas que elevam a marca Unicred. Esses movimentos criam as bases para ganhos estruturais nos próximos ciclos, ampliando nossa capacidade de crescer, inovar e capturar novas oportunidades no mercado.

A. REPOSICIONAMENTO DA MARCA

Após o reposicionamento da marca Unicred com foco no segmento da saúde, o primeiro semestre de 2026 foi marcado pelo fortalecimento desse posicionamento junto aos cooperados e demais públicos de relacionamento. A estratégia concentrou esforços em educação financeira, presença digital e proximidade com cooperados e comunidades, ampliando o alcance da marca e promovendo o bem-estar financeiro.

Nesse contexto, o Sistema Unicred lançou o videocast Saúde no Bolso, iniciativa que alcançou **mais de 2 milhões de pessoas nas redes sociais** e ampliou o acesso a conteúdos sobre planejamento financeiro e uso consciente do crédito.



Outro destaque foi a campanha relacionada à Copa do Mundo FIFA 2026, que alcançou mais de **100 milhões de pessoas em 57 dias, gerou 7,8 mil oportunidades de relacionamento e contribuiu para a abertura de 79 novas contas.**

No campo das soluções financeiras, os cartões Unicred receberam importante reconhecimento no mercado. O Unicred Visa Infinite Privilege foi classificado como o terceiro melhor cartão do Brasil, enquanto o Ímpar Unicred Visa conquistou a sexta posição no ranking nacional, reforçando a competitividade e a qualidade das soluções oferecidas aos cooperados.

Os resultados do período reforçam a evolução da marca Unicred e sua proposta de **gerar valor aos cooperados por meio de relacionamento próximo, educação financeira e soluções alinhadas às diferentes etapas da vida pessoal e profissional.**

B. SOLUÇÕES PERSONALIZADAS E

RELACIONAMENTO COM COOPERADOS

No primeiro semestre de 2026, o Sistema Unicred avançou na personalização do relacionamento com os cooperados, aprimorando a forma como recomenda produtos e serviços em seus canais físicos e digitais.

A nova abordagem passou a priorizar ofertas mais aderentes ao perfil e ao momento de vida de cada cooperado, reduzindo em 97% o volume de recomendações sem potencial de conversão encaminhadas às equipes comerciais e aumentando a efetividade das interações.

Os primeiros resultados demonstraram ganhos relevantes de eficiência e desempenho comercial. Em uma das cooperativas participantes do projeto-piloto, a taxa de conversão das recomendações de investimentos evoluiu de aproximadamente 1% para 20%.

A iniciativa será gradualmente ampliada para novos produtos e cooperativas, fortalecendo a experiência dos cooperados, **aumentando a relevância das ofertas e contribuindo para relações mais próximas e duradouras.**



C. NOVA POLÍTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

Implementada em março de 2026, a nova Política Nacional de Concessão de Crédito estabeleceu critérios mais padronizados e integrados para a análise e aprovação das operações, fortalecendo a consistência das decisões e a gestão do risco de crédito em todo o Sistema Unicred.

Nesta primeira etapa, foram implementadas as condições mínimas para aprovação de crédito.

As operações concedidas sob a nova política já demonstram **melhora nos indicadores de inadimplência em comparação às carteiras originadas anteriormente.**

Trata-se de uma iniciativa estratégica para o contexto atual, focada na sustentabilidade das operações de crédito. Além dos resultados iniciais, a política estabelece a base para a evolução das decisões automatizadas de crédito em nível sistêmico, viabilizando processos cada vez mais ágeis, eficientes e alinhados às melhores práticas do mercado.

D. EFICIÊNCIA E

PRODUTIVIDADE

NOS PROCESSOS

INTERNOS

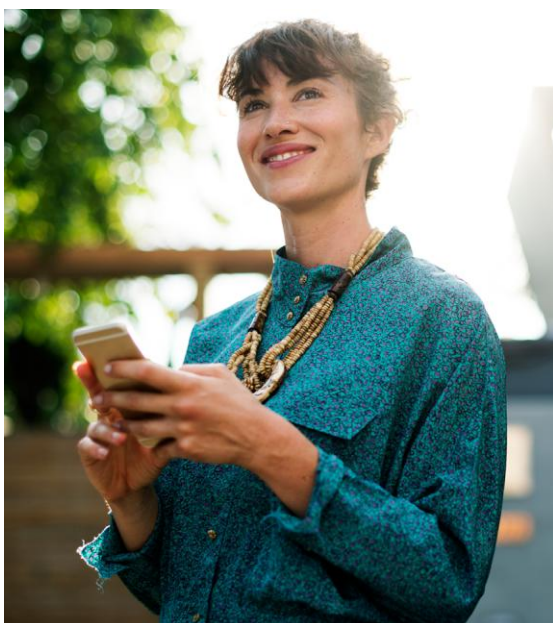
O Sistema Unicred avançou na implantação de uma metodologia de gestão da produtividade e da eficiência operacional, alinhada ao planejamento estratégico e à gestão orientada por dados. A iniciativa apoia os gestores na identificação de oportunidades de melhoria, no fortalecimento das boas práticas e no acompanhamento da evolução das equipes.

Implementada de forma gradual, a metodologia contribui para o aumento da eficiência operacional, o melhor aproveitamento da capacidade instalada e a promoção de uma cultura de melhoria contínua, gerando ganhos sustentáveis para a organização.



E. CANAIS

No primeiro semestre de 2026, foram conduzidas iniciativas voltadas à ampliação da digitalização, à evolução da experiência dos cooperados, ao fortalecimento da segurança e ao aumento da eficiência operacional dos canais sistêmicos da Unicred. Os avanços reforçam a estratégia de transformação digital da instituição, promovendo maior autonomia para os cooperados e ganhos de produtividade para as cooperativas.



Nos canais digitais, destacaram-se:

- > Implantação de uma nova tecnologia de notificações no aplicativo, com potencial de **economia de aproximadamente R\$ 383 mil ao ano**;
- > A **Nova Área pública do Aplicativo**, que registrou mais de 19,8 milhões de interações, ao longo do período;
- > A iniciativa de **Fomento à Avaliação do Aplicativo**, que contribuiu para a evolução da nota do App Android de 3,2 para 4,9 estrelas, crescimento de 53%, alcançando mais de 6 mil avaliações;
- > Alinhado ao Plano Diretor de Tecnologia e Segurança da Informação (PDTSI), o Sistema Unicred também avançou na estratégia do **SuperApp**, ampliando a oferta de funcionalidades de Previdência, Consórcios e Cartões em um único canal digital. Destaca-se a entrega de **Contribuição Extra de Previdência**, que registrou mais de 2 mil movimentações e aproximadamente R\$ 389 mil em aportes realizados pelos cooperados.

No Internet Banking

A nova funcionalidade de gestão de usuários permitiu a realização de **mais de 4.100 operações de forma totalmente digital**, reduzindo em 92% o tempo de execução das solicitações e gerando uma **economia superior a mais de 5.300 horas** para cooperados e equipes das cooperativas.

Na frente de segurança

O Sistema Unicred aprimorou os mecanismos de monitoramento e gestão de limites transacionais fortalecendo os controles preventivos relacionados à PLD e transações suspeitas. A iniciativa resultou em **mais de 73 mil ajustes automáticos** no período e na redução de aproximadamente **R\$ 334 bilhões em exposição de limites sem utilização efetiva**.

Nos canais de atendimento digital

O Sistema Unicred ampliou a segurança, a agilidade e a conveniência para os cooperados. Entre os destaques estão a implantação da autenticação no WhatsApp e a confirmação de transações suspeitas pelo aplicativo de mensagens, que realizou **mais de 1,8 mil validações**, e reduziu significativamente a necessidade de contatos manuais pelas equipes de atendimento. Também se destacou a solução de recuperação de crédito via WhatsApp, que gerou quase **149 mil atendimentos digitais** e apoiou negociações relacionadas a aproximadamente **R\$ 193 milhões em operações recuperadas**.

F. EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No primeiro semestre de 2026, a evolução tecnológica do Sistema Unicred foi conduzida de forma estruturada pelo Plano Diretor de Tecnologia e Segurança da Informação (**PDTSI**), instrumento que conecta a estratégia corporativa à atuação de Tecnologia e Segurança, com foco em inovação segura, continuidade operacional e proteção dos ativos digitais. O plano organiza as iniciativas estruturantes em seis pilares — Modernização de Aplicações, Desenvolvimento de Software, Modernização Tecnológica, Governança de TI, Segurança Cibernética e Inteligência Artificial e Dados —, assegurando um ambiente tecnológico moderno, seguro e escalável, alinhado aos objetivos do negócio.

Entre os principais avanços do período, destacam-se a modernização da infraestrutura tecnológica e dos sistemas, com ganhos de eficiência operacional e redução de custos.

Em desenvolvimento de software, o sistema aprimorou seus processos de desenvolvimento de soluções digitais, **que alcançaram cobertura média de testes de 87% e índice de resolução de defeitos de 91,3%.**

Na governança de TI

O Sistema Unicred manteve elevado nível de confiabilidade e continuidade operacional, com disponibilidade de 99,59% dos serviços transacionais críticos, **atendimento de 98,64%** dos incidentes dentro do prazo estabelecido, **redução de 50% nos incidentes críticos** em relação ao primeiro semestre de 2025 e **diminuição de 40,87% no tempo médio de resolução**.

Na frente de segurança cibernética

O Sistema Unicred fortaleceu suas ações de prevenção a fraudes, proteção dos ambientes digitais e adequação às novas regulamentações do Sistema Financeiro Nacional, além de promover **41 ações de conscientização sobre segurança da informação** para colaboradores e cooperativas.

Agenda de Inteligência Artificial e Dados

Também ganhou escala no período, com um portfólio de 16 iniciativas ativas, das quais **70% utilizam inteligência artificial**, com potencial de geração de **R\$ 21,7 milhões em benefícios** frente a **investimentos estimados em R\$ 9,8 milhões** nos próximos cinco anos. Entre os destaques, a solução de atendimento inteligente **alcançou 82% de autoatendimento e índice de satisfação de 72 pontos**. Os avanços em gestão e modernização dos dados também ampliaram a capacidade analítica do Sistema Unicred, contribuindo para decisões mais ágeis, maior eficiência operacional e uma experiência cada vez mais personalizada para cooperados e cooperativas.

Esses resultados reforçam o papel da tecnologia como um **importante vetor de eficiência, segurança e geração de valor sustentável para o Sistema Unicred.**

G. CULTURA ORGANIZACIONAL

Com o objetivo de fortalecer uma cultura cada vez mais alinhada à estratégia e aos desafios do futuro, o Sistema Unicred consolidou importantes avanços na definição e disseminação dos princípios, comportamentos e valores que orientam sua atuação.

Entre os principais marcos desse movimento, destacam-se o lançamento do **Código de Cultura Unicred e do Manifesto de Cultura**, documentos que traduzem a identidade da instituição e reforçam os compromissos que sustentam a atuação de suas equipes em todo o Sistema Unicred.

A mobilização e o engajamento de lideranças e colaboradores também contribuíram para fortalecer uma cultura pautada pela colaboração, ética, inovação, desenvolvimento das pessoas e foco no cooperado, ampliando o alinhamento em torno dos comportamentos essenciais para a sustentação da estratégia.

Esses avanços reforçam a identidade do Sistema Unicred e sua capacidade de crescer de forma sustentável, mantendo as pessoas, os cooperados e a geração de valor no centro das decisões.

Centralização Financeira

A Centralização Financeira do Sistema Unicred é conduzida pela Tesouraria da Unicred do Brasil, com foco na gestão integrada dos recursos das cooperativas, observando critérios de liquidez, rentabilidade, segurança e conformidade regulatória.

Ao final do primeiro semestre de 2026, a Centralização Financeira totalizou R\$ 17 bilhões sob gestão, a carteira apresentou desempenho de 100,98% do CDI, totalizando 6,91% de retorno absoluto.

O desempenho resultou em receitas totais de R\$ 1 bilhão, representando aproximadamente 30% das receitas do Sistema Unicred. Seguimos com o fortalecimento da governança e da transparência na gestão dos recursos.

Gestão de Riscos e Supervisão

No primeiro semestre de 2026, o Sistema Unicred deu continuidade ao fortalecimento de sua estrutura de Gestão Integrada de Riscos, consolidando os processos e mecanismos de gerenciamento e reporte prudencial decorrentes da atuação da Unicred do Brasil no Segmento Prudencial S3. O período foi marcado pela evolução da qualidade, consistência e rastreabilidade das informações, pelo suporte à migração da Unicred União para o Segmento Prudencial S4 e pelo aprimoramento da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), fortalecendo sua atuação como instrumento integrado de monitoramento dos riscos financeiros e não financeiros, em alinhamento à estratégia, à governança e aos requerimentos regulatórios.

No âmbito dos riscos financeiros, o Sistema Unicred aprimorou seus processos de gerenciamento, monitoramento e reporte, fortalecendo a qualidade das informações, a capacidade analítica e a aderência às exigências regulatórias.

Na gestão do risco de crédito, destacaram-se a evolução dos modelos, metodologias e processos de mensuração e monitoramento, os avanços na implementação do Modelo de Apuração de Perda Esperada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, o fortalecimento do monitoramento das carteiras, a implantação do Programa de Assessoria de Riscos e as iniciativas de capacitação voltadas à disseminação da cultura de riscos.

Na gestão dos riscos não financeiros, o Sistema Unicred avançou no fortalecimento dos controles internos e na gestão dos riscos operacionais, sociais, ambientais e climáticos (RSAC), aprimorando processos, mecanismos de monitoramento e a integração entre as diferentes frentes de gestão de riscos.

As iniciativas desenvolvidas ao longo do período contribuíram para ampliar a

capacidade de identificação, prevenção e tratamento dos riscos, reforçando a segurança das operações, a resiliência da instituição e a aderência às melhores práticas de mercado e às exigências regulatórias.

Na Gestão de Continuidade de Negócios, destacaram-se os aprimoramentos dos planos de continuidade, a realização de simulados de evacuação e testes do Plano de Recuperação de Desastres (Disaster Recovery Plan – DRP), fortalecendo a capacidade de resposta do Sistema Unicred diante de cenários de contingência e contribuindo para a resiliência operacional.

Paralelamente, as iniciativas de capacitação e desenvolvimento em gestão de riscos foram ampliadas, fortalecendo a disseminação de conhecimentos e boas práticas em todo o Sistema Unicred.

Esses avanços contribuíram para tornar a instituição ainda mais preparada para identificar e gerenciar riscos, **reforçando a segurança das operações, a solidez da governança e a proteção dos interesses dos cooperados.**

Programa de Conformidade Sistêmico

No primeiro semestre de 2026, o Programa de Conformidade Sistêmico avançou no fortalecimento da cultura de integridade e no aprimoramento dos mecanismos estruturantes de governança no Sistema Unicred. Nesse contexto, destaca-se a atualização e o lançamento da nova versão do Código de Conduta Ética, com abordagem mais clara, acessível e orientada ao reforço de comportamentos alinhados aos valores institucionais, acompanhado de iniciativas voltadas à sua disseminação em nível sistêmico e local.

Adicionalmente, evoluímos na estruturação da gestão de conflitos de interesses, com a implementação de instrumento padronizado para identificação, declaração e tratamento dessas situações, contribuindo para maior transparência, mitigação de riscos e fortalecimento da confiança nas relações institucionais.

No âmbito da agenda estratégica, a aprovação do projeto para implantação de inteligência artificial no processo de análise de normativos externos representa um avanço relevante na incorporação de tecnologias inovadoras aos processos de monitoramento regulatório, com potencial de ampliar a capacidade analítica, a tempestividade das avaliações e a eficiência na adequação regulatória da nossa instituição.

Programa Sistêmico de **Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/FTP)**

O Programa Sistêmico de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa é conduzido de forma centralizada pela Unicred do Brasil, com base em políticas e normas que asseguram diretrizes homogêneas de prevenção, monitoramento e mitigação de riscos em todo o Sistema Unicred, em conformidade com a Circular BCB nº 3.978/20 e Carta-Circular BCB nº 4.001/20.

No primeiro semestre de 2026, o PLD/FTP seguiu em evolução contínua, com foco no aprimoramento dos mecanismos de monitoramento, incluindo a revisão e o refinamento de regras de detecção, alinhadas às melhores práticas de mercado, bem como o fortalecimento do uso de Inteligência Artificial para identificação de comportamentos atípicos com potencial de comunicação ao COAF e para redução de sinalizações identificadas como falso positivo. Adicionalmente, foram realizados investimentos em capacitação e acultramento, incluindo o embarque no tema para novos colaboradores, além do EAD já existente, promovendo o desenvolvimento técnico, alinhamento com as diretrizes sistêmicas e fortalecendo o engajamento de colaboradores, parceiros e prestadores de serviços.

Essas iniciativas contribuíram para o aumento da efetividade dos controles, **maior precisão na identificação de riscos e fortalecimento da cultura de PLD/FTP em todo o Sistema Unicred.**

Programas de Educação Financeira

No primeiro semestre de 2026, o Sistema Unicred deu continuidade às iniciativas de Educação Financeira, reforçando seu compromisso com a promoção do cooperativismo, da cidadania financeira e do desenvolvimento das comunidades onde atua.

Ao longo do período, foram realizadas em torno de 115 ações de Educação Financeira, alcançando aproximadamente 5.500 participantes, além de aproximadamente 930 pessoas impactadas com os programas Unipoupe e Vida que Prospera do Instituto Unicred.

As iniciativas contemplaram temas relacionados à **educação financeira, ao cooperativismo e ao impacto social, fortalecendo o relacionamento com cooperados, colaboradores e a comunidade.**

Projetos e Ações Sociais

Com os projetos sociais, o projeto Batalhão do Bem consolidou sua atuação nos municípios de Alegrete e São Gabriel, formando 26 alunas em cursos de qualificação profissional.

Durante as capacitações, foram confeccionadas 402 peças, além do recebimento de mais de 800 peças destinadas ao reaproveitamento têxtil. Já com o projeto Nova Página, atendemos 487 pessoas, entre crianças, adultos e colaboradores.

Além destes projetos, o Instituto Unicred, em parceria com a Fundação Projeto Pescar, que oferece formação socioprofissional gratuita para jovens de 16 a 19 anos em situação de vulnerabilidade, iniciou sua primeira Unidade Piloto, sendo referência para uma implantação sistêmica do projeto, beneficiando jovens e comunidades de diversas regiões de atuação do Sistema Unicred.



IMPACTO DIRETO DE
10 jovens ATENDIDOS



29 voluntários
20 COLABORADORES DO SISTEMA
+ VOLUNTÁRIOS EXTERNOS

Os resultados obtidos refletem o compromisso sistêmico em gerar valor compartilhado por meio de ações que contribuem para o desenvolvimento sustentável e para a transformação positiva das comunidades.

Destaques da Coopnore Unicred

Ao encerrarmos o primeiro semestre de 2026, apresentamos aos Senhores Associados o Relatório da Administração da Coopnore Unicred, que reúne os principais resultados, iniciativas e avanços alcançados no período, refletindo o compromisso permanente da Cooperativa com a geração de valor aos seus cooperados.

O semestre foi marcado pela consolidação de importantes avanços em governança, desempenho e desenvolvimento institucional, reafirmando nosso compromisso com a solidez patrimonial, a sustentabilidade do negócio e a construção de uma cooperativa cada vez mais forte, segura e preparada para o futuro.

Gestão e Governança

A Administração da Coopnore Unicred manteve, no primeiro semestre de 2026, seu compromisso com uma gestão pautada pela solidez, eficiência e sustentabilidade, promovendo iniciativas voltadas ao fortalecimento institucional, ao crescimento responsável e à geração de valor aos cooperados.

A Diretoria Executiva e o Conselho de Administração atuaram de forma integrada na condução das estratégias da Cooperativa, assegurando o alinhamento das decisões aos princípios cooperativistas, às melhores práticas de governança e aos objetivos de longo prazo da instituição.

No período, o Conselho de Administração exerceu seu papel de direcionamento estratégico e supervisão da gestão, acompanhando a execução do planejamento institucional, a evolução dos principais indicadores de desempenho, a gestão de riscos e as iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento contínuo da governança, contribuindo para o fortalecimento da sustentabilidade e da perenidade da Cooperativa.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em abril de 2026, os associados deliberaram pela destinação de 99,84% das sobras do exercício de 2025 à Reserva Legal, decisão que reforça o compromisso da Cooperativa com o fortalecimento patrimonial, a segurança institucional e a ampliação de sua capacidade de crescimento e geração de negócios.

Os avanços alcançados no semestre evidenciam a maturidade da governança da Coopnore Unicred e o compromisso permanente de seus órgãos de administração em conduzir a Cooperativa com responsabilidade, transparência e visão de longo prazo.

Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Em consonância com os princípios do cooperativismo, a Coopnore Unicred manteve sua atuação social por meio de iniciativas relevantes.

Na Assembleia Geral de 2026, foi deliberada a destinação de 0,16% das sobras ao Instituto Unicred, contribuindo para o desenvolvimento de ações sociais promovidas pelo Sistema Unicred.

Durante o período, destacam-se:

- Participação na Campanha do Agasalho, com arrecadação de roupas e calçados destinados a instituições sociais;
- Realização de ações de educação financeira para estudantes, em parceria com o Instituto Unicred;
- Participação no movimento Ecooperação, com arrecadação de materiais recicláveis.

Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

A Coopnore Unicred encerrou o primeiro semestre de 2026 com ativos totais de R\$ 351,3 milhões. As operações de crédito e os outros ativos financeiros com características de concessão de crédito totalizaram R\$ 107,2 milhões. Os recursos captados e administrados, formados pelos depósitos e emissões de letras, registraram saldo de R\$ 284,5 milhões. O patrimônio líquido registrou R\$ 34,9 milhões e, deste montante, o capital social representa R\$ 22,3 milhões. As sobras acumuladas obtidas no primeiro semestre de 2026, totalizaram R\$ 5,6 milhões.

A Coopnore Unicred manteve, no primeiro semestre de 2026, uma trajetória consistente de crescimento e fortalecimento patrimonial, refletindo a solidez de sua gestão, a sustentabilidade do seu modelo de negócios e a confiança depositada pelos cooperados na instituição.

A qualidade da carteira de crédito permaneceu elevada, com níveis de inadimplência controlados, resultado de uma gestão prudente dos riscos, de critérios técnicos de concessão e do relacionamento próximo mantido com os cooperados.

A Cooperativa seguiu focada na eficiência operacional e no aprimoramento contínuo de seus processos, realizando investimentos em tecnologia e inovação com o objetivo de ampliar a qualidade do atendimento, fortalecer a experiência do cooperado e aumentar a produtividade operacional.

Além disso, foram mantidos investimentos na capacitação e no desenvolvimento da equipe, reforçando o compromisso da Coopnore Unicred em oferecer um atendimento cada vez mais qualificado, consultivo e personalizado aos profissionais da área notarial e registral.

Perspectivas

A Coopnore Unicred encerrou o primeiro semestre de 2026 com resultados expressivos, reflexo da confiança dos cooperados, do comprometimento de seus colaboradores e do apoio permanente das entidades de classe.

A Administração permanece focada no fortalecimento institucional da Cooperativa, na oferta de soluções financeiras cada vez mais aderentes às necessidades do segmento notarial e registral e na geração de valor sustentável aos cooperados.

Para o segundo semestre de 2026, a expectativa é de continuidade do crescimento, com foco na eficiência operacional, no crescimento da carteira de crédito, na inovação, na transformação digital e no fortalecimento do relacionamento com os cooperados, preservando a solidez e os princípios que orientam o cooperativismo.

A Coopnore Unicred reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e com o fortalecimento do cooperativismo de crédito voltado ao segmento notarial e registral, registrando seu agradecimento aos cooperados, entidades de classe, parceiros e colaboradores, cuja confiança, dedicação e espírito de cooperação são fundamentais para a construção desta trajetória.

Seguimos firmes em nosso propósito de cuidar de quem cuida, construindo uma cooperativa cada vez mais sólida, próxima e preparada para os desafios e oportunidades do futuro.

Coopnore Unicred: o valor de quem cuida.

*Conselho de Administração e
Diretoria Executiva*





Balanço Patrimonial
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

ATIVO		Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Nota explicativa	30/06/2026	31/12/2025
ATIVO			351.349	313.019	PASSIVO			316.455	284.387
Disponibilidades		3	214	227	Passivos financeiros ao custo amortizado			309.151	271.245
Ativos financeiros ao custo amortizado			343.359	306.383	Depósitos		9	281.776	252.427
Relações interfinanceiras		4	239.275	199.252	Recursos por emissões de letras		9	2.764	3.006
Operações de crédito		5	90.693	94.444	Relações interfinanceiras		10	24.182	15.812
Outros ativos financeiros		6	16.826	16.395	Arrendamentos		11	429	-
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		5 e 6	(3.435)	(3.708)	Outros passivos		12	5.035	11.744
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			5.563	4.639	Provisões		12	2.269	1.398
Títulos e valores mobiliários		4	5.563	4.639					
Outros ativos		7	1.178	1.136	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			34.894	28.632
Imobilizado de uso		8	1.029	627					
Intangível			6	7	Capital social		13	22.305	21.327
					Reservas de sobras			6.989	3.638
					Sobras ou perdas acumuladas		13	5.600	3.667
TOTAL DO ATIVO			351.349	313.019	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			351.349	313.019

Demonstração de Sobras ou Perdas

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

Descrição das contas	Nota explicativa	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
		Total	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		25.446	20.588
Operações de crédito	5i	11.066	9.596
Ingressos de depósitos intercooperativos	4	14.380	10.992
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(9.606)	(8.070)
Operações de captação no mercado	9	(9.606)	(8.070)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.840	12.518
PROVISÕES/REVERSÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	5j	(872)	(493)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(9.197)	(8.725)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	14	3.133	2.567
Dispêndios e despesas de pessoal e honorários	15	(3.824)	(3.254)
Outros dispêndios e despesas administrativas	16	(7.621)	(7.188)
Dispêndios e despesas tributárias		(271)	(99)
Outros dispêndios e despesas operacionais	17	(877)	(1.006)
Outros ingressos e receitas operacionais	18	263	255
RESULTADO OPERACIONAL		5.771	3.300
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		5.771	3.300
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(171)	(87)
Provisão para imposto de renda		(101)	(50)
Provisão para contribuição social		(70)	(37)
RESULTADO ANTES DA REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO		5.600	3.213
SOBRAS OU PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		5.600	3.213

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

Descrição das contas	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
	Total	Total
Resultado antes da remuneração do capital próprio	5.600	3.213
Total de outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	5.600	3.213

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

Descrição das contas	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.760	3.332	420	21.512
Ajustes de transição Res. 4.966/21	-	-	(739)	(739)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	17.760	3.332	(319)	20.773
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
Aumento da reserva legal	-	420	(420)	-
Utilização da reserva legal	-	(739)	739	-
CAPITAL DE COOPERADOS				
Integralizações de capital	1.296	-	-	1.296
Baixas de capital	(536)	61	-	(475)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO				
Resultado antes da remuneração do capital próprio	-	-	3.213	3.213
Saldos em 30 de junho de 2025	18.520	3.074	3.213	24.807

Descrição das contas	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	21.327	3.638	3.667	28.632
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
Aumento da reserva legal	-	3.661	(3.661)	-
Outras destinações	-	-	(6)	(6)
CAPITAL DE COOPERADOS				
Integralizações de capital	1.055	-	-	1.055
Baixas de capital	(77)	(310)	-	(387)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO				
Resultado antes da remuneração do capital próprio	-	-	5.600	5.600
Saldos em 30 de junho de 2026	22.305	6.989	5.600	34.894

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

Descrição das contas	Nota explicativa	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
		Total	Total
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		39.282	29.965
SOBRAS OU PERDAS AJUSTADAS		6.562	3.773
Resultado antes da remuneração do capital próprio		5.600	3.213
Provisões/reversões para perdas esperadas com operações de crédito	5j	876	479
Provisões/reversões para perdas esperadas com outros ativos financeiros	5j	(14)	3
Provisões/reversões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos de crédito	5j	10	11
Distribuição de sobras da Cooperativa Central		(11)	-
Depreciações e amortizações		101	67
(AUMENTO)/REDUÇÃO NOS ATIVOS		1.091	(2.955)
Operações de crédito		2.616	(317)
Títulos e valores mobiliários		(913)	-
Relações interfinanceiras		(139)	(930)
Outros ativos financeiros		(431)	(1.729)
Outros ativos		(42)	21
AUMENTO/(REDUÇÃO) NOS PASSIVOS		31.629	29.147
Depósitos		29.349	18.196
Recursos por emissões de letras		(242)	302
Relações interfinanceiras		8.370	11.987
Outros passivos		(5.848)	(1.338)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(73)	(336)
Aquisições de imobilizado		(73)	(336)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		662	821
Integralizações de capital		1.055	1.296
Baixas de capital		(387)	(475)
Outras destinações		(6)	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		39.871	30.450
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		198.187	152.045
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre		238.058	182.495
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		39.871	30.450

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área Notarial e Registral – Coopnore (“Coopnore Unicred” ou “Cooperativa”), CNPJ 07.714.057/0001-00, constituída em 10 de outubro de 2005, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”), filiada à Cooperativa Central de Crédito Unicred do Brasil (“Unicred do Brasil” ou “Cooperativa Central”) e integrante do Sistema de Crédito Cooperativo Unicred (“Sistema Unicred”). Sua constituição e funcionamento regulamentam-se pela Lei 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pelas Leis Complementares 130/09 e 196/22, que dispõem sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, e pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 5.051/22, que dispõe sobre a constituição e funcionamento das cooperativas de crédito, e nº 4.970/21, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica.

A Coopnore possui sede, administração e foro jurídico na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Praia de Belas, 1232 - sala 7, bairro Praia de Belas, com área de ação, para fins de instalação das dependências, e área de admissão de cooperados, prevista no artigo 1º do Estatuto Social da Cooperativa.

A Coopnore Unicred tem por objetivo prestar serviços financeiros diretamente a seus cooperados, por meio da captação de recursos, concessão de crédito, aplicação de recursos próprios e de terceiros e oferta de produtos e serviços financeiros, observados os princípios do cooperativismo e as diretrizes do Sistema Unicred, ao qual é filiada.

A Coopnore Unicred deverá, também:

- (i) Prevenir e corrigir situações anômalas que possam configurar infrações a normas legais ou regulamentares, ou acarretar risco para a solidez da Cooperativa e do Sistema Unicred;
- (ii) Adotar medidas para assegurar o cumprimento das normas em vigor referentes à implementação de sistemas de controles internos e à certificação de empregados;
- (iii) Contratar auditoria externa para realizar inspeções e auditorias.

O resumo da estrutura e gerenciamento dos riscos da Coopnore Unicred está descrito na nota 22.

A Administração da Cooperativa, considerando a análise dos ativos e passivos e o disposto na Norma de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Sistema Unicred, não identificou riscos que possam comprometer a liquidez da Cooperativa. O monitoramento da carteira de crédito e dos indicadores de inadimplência é realizado regularmente, não tendo sido observados eventos relevantes ou atípicos com potencial de impactar sua posição de liquidez.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, observando as diretrizes emanadas pela legislação aplicada às cooperativas de crédito, as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo BCB, incluindo as Resoluções CMN nº 4.818/20 e BCB nº 2/20, que consolidam os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, consubstanciadas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BCB – COSIF e em observância aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo BCB (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 03 (R2), 05 (R1), 06 (R2), 10 (R1), 23, 24, 25, 28, 33 (R1), 41, 46 e 47).

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Coopnore Unicred e foram aprovadas em 05 de agosto de 2026.

a.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a1.1 Resumo sobre o processo de regulamentação da Reforma Tributária:

Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da **Reforma Tributária** sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o Sistema Unicred vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sistema Unicred vem conduzindo, para o exercício de 2026, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- a) **impactos nos serviços oferecidos**, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- b) **procedimentos de apuração e controle de créditos tributários**, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;
- c) **adequações operacionais e de compliance**, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) **potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações**, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o primeiro semestre de 2026, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sistema Unicred seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

b. Descrição das políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no semestre apresentado.

b.1 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, redução do valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos, provisões para perdas associadas ao risco de crédito, valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

b.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários, centralização financeira mantida na Cooperativa Central, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentam risco insignificante de mudança de valor e são utilizados pela Cooperativa para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b.3 Instrumentos financeiros

b.3.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros do Sistema Unicred são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado (CA): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor Justo no Resultado (VJR): utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).

Para determinar o modelo de negócios, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste de SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

O Sistema Unicred, no reconhecimento inicial de seus instrumentos financeiros, não exerceu as opções irrevogáveis de (i) designar instrumentos patrimoniais de outras entidades para mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem de (ii) classificar ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros, conforme as diretrizes estabelecidas nos arts. 9º das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, são em sua maioria classificados e mensurados pelo custo amortizado, incluindo passivos associados a empréstimos e financiamentos, que atendem aos critérios específicos para essa classificação.

b.3.2 Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado (CA): os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação e valores recebidos. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA): os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação e valores recebidos. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas de juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado (VJR) e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação e valores recebidos reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

Hierarquia do valor justo:

Para os ativos financeiros mensurados a valor justo, os diferentes níveis foram definidos como segue:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

b.3.3 Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Cooperativa não reclassificou seus ativos financeiros durante o primeiro semestre de 2026.

b.3.4 Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

b.4 Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receitas recebidas pela instituição relacionadas à aquisição ou à originação do ativo financeiro;
- Taxas de avaliação da situação financeira e do risco de crédito da contraparte para cada instrumento específico;
- Custos de avaliação e registro de garantias vinculadas a cada instrumento financeiro;
- Custos de processamento de documentos e fechamento da transação;
- Custos de originação pagos na emissão de ativos e passivos financeiros.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/23, o Sistema Unicred optou em utilizar a "metodologia diferenciada linear" para operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito. Não foram identificados custos de transações (receitas e despesas) atribuíveis individualmente para os títulos e valores mobiliários (TVM) e para os passivos financeiros emitidos (captações).

b.5 Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

b.5.1 Visão Geral

O Sistema Unicred adota a metodologia completa de apuração das perdas esperadas para cálculo de provisão, conforme a Resolução CMN nº 4.966/21. Essa metodologia utiliza modelos estatísticos para estimar perdas esperadas e considera os pisos mínimos de provisionamento para operações inadimplidas, conforme a Resolução BCB nº 352/23. As perdas esperadas são registradas para os seguintes instrumentos financeiros:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários mensurados ao Custo Amortizado (CA) e Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA), exceto títulos públicos emitidos pelo Governo Brasileiro;
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições "off-balance" (que gerem risco de crédito).

b.5.2 Estágios

O Sistema Unicred adota a abordagem de três estágios para mensuração da perda de crédito esperada, na qual os ativos financeiros são classificados conforme a evolução do risco de crédito:

Estágio 1: Ativos que não apresentam aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A perda esperada é mensurada com base na probabilidade de *default* (PD) para os próximos 12 meses.

Estágio 2: Ativos que apresentam aumento significativo do risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial, mas sem evidência de problema na recuperação de crédito. A perda esperada é mensurada com base na PD ao longo da vida da operação (*Lifetime*), considerando todo o prazo remanescente.

Estágio 3: Ativos com problema de recuperação de crédito (**Ativo Problemático - AP**). Para operações inadimplidas (com mais de 90 dias de atraso) a perda esperada reconhecida corresponde ao maior valor entre:

- A perda apurada pelo **Modelo de Perda Esperada e Cálculo de Provisão do Sistema Unicred**; e
- O piso mínimo estabelecido pela **Resolução BCB nº 352/23** (Anexo 1 – "Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos").

b.5.3 Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito está fundamentado na probabilidade de *default* ao longo de toda a vida útil do contrato. No momento da concessão pelo Sistema Unicred, a operação é registrada em **Estágio 1**. Posteriormente, em cada data-base, a instituição avalia se houve aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial.

Caso seja identificado aumento significativo no risco de crédito, a operação deve ser reclassificada para o Estágio 2. Se, além disso, houver evidência objetiva de dificuldade na recuperação do crédito, será alocada no Estágio 3. Por fim, quando a operação apresentar problemas de recuperação e estimativas insignificantes de recebimento, com atraso superior a 360 dias, deverá ser baixada para prejuízo.

Nos casos de renegociação, as operações podem ser classificadas diretamente no Estágio 2 quando constatado aumento significativo do risco de crédito em relação à condição originalmente pactuada.

As definições de **aumento significativo** e **ativo problemático** consideram aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de *default*), bem como o atraso efetivo do ativo financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

Os ativos classificados no Estágio 2 são aqueles que apresentam aumento significativo do risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial. Para essa classificação, considera-se, como premissa refutável, a ocorrência de atraso superior a 30 dias (limitado a 60 dias) e/ou a identificação de deterioração relevante no Grupo Homogêneo (GH).

No Estágio 3 devem ser incluídos todos os contratos com evidência de problema na recuperação do crédito (*Ativo Problemático*). A marcação como ativo problemático ocorre quando o contrato apresenta atraso superior a 90 dias, é objeto de reestruturação (não curada) ou quando o cooperado demonstra características que indiquem dificuldade de pagamento, como: situação de recuperação judicial, falência, prejuízo na cooperativa ou outras constatações que evidenciem incapacidade financeira da contraparte.

b.5.4 Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada tem como objetivo estimar as perdas em crédito ao longo de um determinado horizonte de tempo, considerando três parâmetros fundamentais:

Probabilidade de Default (PD): Representa a probabilidade futura de o ativo contratado pelo cooperado entrar em inadimplemento e/ou se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito dentro de uma janela de tempo definida.

Perda Dada ao Default (LGD): Corresponde ao percentual de perda econômica da operação de crédito após a ocorrência do *default*, considerando todos os fatores relevantes para recuperação. Em outras palavras, indica a proporção do valor não recuperado em relação ao valor do crédito no momento do *default*.

Exposição ao Default (EAD): Refere-se ao valor exposto da operação de crédito no momento do *default*, incluindo saldo contábil e a aplicação do **CCF (Credit Conversion Factor)** sobre limites não utilizados. O CCF estima a parcela desses limites que tende a ser efetivamente utilizada.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/21 determina que os modelos devem incorporar variáveis preditivas de fatores macroeconômicos, com o objetivo de proporcionar uma visão do risco frente a fatores exógenos e antecipar impactos em cenários extremos (testes de estresse). Em síntese, as variáveis *forward looking* funcionam como mecanismos de ajuste dos modelos diante de efeitos macroeconômicos.

No âmbito do Sistema Unicred, a segmentação utilizada para fins de modelagem da LGD contempla as seguintes variáveis:

- (i) tipo de pessoa (PF ou PJ);
- (ii) existência de reestruturações;
- (iii) presença de garantias; e
- (iv) dias de atraso.

A inclusão da variável "presença de garantias" tem por objetivo identificar agrupamentos comportamentais mais representativos, de forma a refletir adequadamente a recuperação observada em operações inadimplentes com diferentes tipos de mitigadores de risco. As garantias consideradas nos segmentos para sensibilização da LGD são:

- Hipotecas e alienação fiduciária: imóvel (inclusive CCB Guarda-Chuva), veículos, máquinas e equipamentos;
- Cessão: emolumentos de cartórios;
- Caução: aplicação financeira (sem percentual mínimo de cobertura).

Dessa forma, o impacto das garantias no cálculo da Perda Esperada (PE) se dá por meio do ajuste da LGD, a qual é reduzida nos segmentos que apresentam maior capacidade de recuperação observada. A apuração final da PE ($PE = PD \times LGD \times EAD$) incorpora, além desse ajuste, os efeitos decorrentes do ambiente macroeconômico, sem que haja impacto direto das garantias sobre a PD ou a EAD.

O Sistema Unicred está revisando o modelo de mensuração de perdas esperadas de crédito, com implementação prevista para julho de 2026. As aprimorações, concentradas principalmente nas operações com pessoas jurídicas, visam ampliar a capacidade preditiva e a aderência do modelo ao comportamento observado da carteira.

A revisão poderá impactar os montantes de perdas esperadas e das provisões para risco de crédito, cujos efeitos seguem em avaliação e monitoramento pela Cooperativa Central. Para apoiar esse processo, são realizados acompanhamentos periódicos e simulações dos efeitos estimados da implementação do modelo revisado.

b.5.5 Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O ativo financeiro dos cooperados é caracterizado como "Ativo Problemático" (AP) quando:

- Apresenta atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Trata-se de reestruturação não curada;
- O cooperado possui prejuízo na cooperativa;
- O cooperado está em recuperação judicial ou falência;
- Há constatações adicionais de incapacidade financeira da contraparte, tais como: medida judicial, redução significativa da liquidez do ativo financeiro, descumprimento de cláusulas contratuais ou negociação com descontos relevantes.

Considera-se reestruturação a renegociação que implique concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia, ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Para contrapartes da carteira de Gestão Individualizada, a caracterização de um instrumento financeiro em ativo com problema de recuperação de crédito (AP) implica no arrasto desta marcação para todas as demais operações da mesma contraparte, bem como de contrapartes conectadas (Grupo Econômico). Esse enquadramento ocorre na data-base do balancete referente ao mês da caracterização, passando as respectivas operações a integrar o Estágio 3.

As operações marcadas manualmente como AP também provocam o arrasto para as demais operações do cooperado e, se aplicável, para o grupo econômico. Excepcionalmente, na carteira massificada, esse arrasto ocorre apenas entre as operações do cooperado.

A marcação de AP aplica-se a todos os instrumentos financeiros de cooperados em recuperação judicial ou com registro de prejuízo. O efeito de arrasto estende-se às demais operações do mesmo grupo econômico, inclusive àquelas da carteira massificada, sendo, contudo, originado exclusivamente a partir de operações da carteira individualizada.

A partir da caracterização como AP, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas ao resultado somente quando efetivamente recebidas.

As operações serão baixadas para prejuízo quando, além da evidência de problema na recuperação de crédito, apresentarem estimativas insignificantes de recuperação.

O Sistema Unicred considera que um ativo financeiro deixa de ser classificado como problemático (caracterizando a cura de AP) apenas quando há evidência de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte para honrar suas obrigações nas condições pactuadas.

Para fins de critérios de "cura", o Sistema Unicred considera os pagamentos consecutivos observado em meses (admitindo-se tolerância de atraso de até 5 dias, na visão fechamento do mês), segregando entre PF e PJ e por estágio (2 e 3).

A cura do estágio 2 segregava também o público (Saúde e Não saúde), ficando assim definida:

Público (Estágio 2)		Cura (meses)
Saúde	PF	7
	PJ	7
Não Saúde	PF	6
	PJ	8

A cura do estágio 3 ocorre da seguinte forma:

Público Ativo Problemático (Estágio 3)		Cura (meses)
Reestruturação		5
Demais marcações de AP		4

Após a reclassificação do estágio 3 para o estágio 2, o contrato pode ser considerado curado com o cumprimento (apenas) dos períodos remanescentes de adimplemento, tornando-se apto à reclassificação para o estágio 1.

b.6 Imobilizado e intangível

O imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, é composto pelas edificações, instalações, direitos de uso em arrendamentos, móveis, utensílios e outros equipamentos, sistemas de segurança, sistemas de comunicação, equipamentos de processamento de dados e softwares de uso, demonstrados pelo custo de aquisição.

As depreciações são calculadas e computadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil econômica dos bens conforme demonstrado na nota 8, reconhecidas no resultado do período.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.535/16.

O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo valor de custo e contempla gastos com aquisição e desenvolvimento de ativos que visem à produção de dispositivos, produtos, sistemas e serviços novos ou substancialmente aprimorados, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que comecem a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a qual varia de 5 a 10 anos e são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.534/16.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

b.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

O imobilizado e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Não há avaliação no primeiro semestre de 2026 que indique reconhecimento de perdas por "impairment".

b.8 Depósitos e demais instrumentos financeiros

Os depósitos à vista são os saldos disponíveis em conta corrente, cuja disponibilidade é imediata aos cooperados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos sob aviso e a prazo possuem remuneração com base em indicadores econômicos de mercado e taxas fixadas no ato da aplicação. Os depósitos a prazo podem ser contratados com vencimentos variados, conforme opções de prazo disponíveis para cada produto.

Os demais instrumentos financeiros são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die, conforme demonstrado na nota 9.

b.9 Operações de arrendamento – arrendatário

As políticas contábeis adotadas para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de arrendamento estão em conformidade com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/21. A aplicação ocorre para os contratos firmados a partir do exercício de 2025, conforme disposto no art. 1º da Resolução CMN nº 5.101/23.

Os contratos de arrendamento, substancialmente relacionados a imóveis, são reconhecidos no passivo pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é reconhecido no ativo o correspondente direito de uso. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado, enquanto o ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do contrato.

Contratos com ativos de valor inferior a trinta mil reais ou com prazo inferior a 12 (doze) meses — considerados de baixo valor ou curto prazo — não são tratados como arrendamentos. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

b.10 Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As políticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. As provisões ativas não são reconhecidas, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. As provisões passivas são reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas são constituídas quando as perdas forem avaliadas como prováveis, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. E aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e classificados como perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

b.11 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.12 Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do período.

b.13 Segregação entre circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, enquanto aqueles com prazos superiores estão apresentados no não circulante. Os montantes foram evidenciados apenas nas notas explicativas, conforme disposto no art. 23 da Resolução BCB nº 2/20.

b.14 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 03 (R2) Demonstração do Fluxo de Caixa emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com o intuito de demonstrar maior transparência nas operações e uma melhor gestão dos recursos financeiros a Cooperativa optou pelo método indireto. Este método se baseia pelas sobras ou perdas do exercício que é ajustado pelos itens econômicos, (depreciação/amortização) e pelas variações nas contas patrimoniais.

b.15 Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo IRPJ e CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes de 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais limitados a 30% do lucro tributável.

A alíquota da CSLL foi de 15% no primeiro semestre de 2026.

O recolhimento do ISSQN, é calculado sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

b.16 Resultado recorrente e não recorrente

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades ocorridas com frequência na Cooperativa seja no presente ou previstas que possam ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele que decorre de um evento extraordinário, imprevisível, pontual que não se repetirá no futuro.

Na avaliação da Administração, no primeiro semestre de 2026 não houve o reconhecimento de resultados não recorrentes.

b.17 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, e em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades e a centralização financeira são classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	214	227
Caixa	116	33
Depósitos bancários	98	194
Centralização financeira (Nota 4)	237.844	197.960
Total	238.058	198.187

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

NOTA 4 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As relações interfinanceiras referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Coopnore Unicred depositadas junto à Cooperativa Central, bem como recursos a receber decorrente de movimentação de pix, títulos e outros papéis apresentados por participantes de sistemas de liquidação e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB.

Descrição			30/06/2026			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado	239.275	-	239.275	199.252	-	199.252
Relações interfinanceiras	239.275	-	239.275	199.252	-	199.252
Centralização financeira (i)	237.844	-	237.844	197.960	-	197.960
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	10	-	10	-	-	-
Créditos vinculados ao BCB	1.421	-	1.421	1.292	-	1.292
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	5.563	5.563	-	4.639	4.639
Títulos e valores mobiliários (ii)	-	5.563	5.563	-	4.639	4.639
Total	239.275	5.563	244.838	199.252	4.639	203.891

(i) No primeiro semestre de 2026, os valores operados na Centralização Financeira, que referem-se ao recurso disponível da Cooperativa e não possuem prazo de resgate, foram remunerados a uma taxa média ponderada de 100,98% do CDI, sendo os rendimentos registrados em ingressos de depósitos intercooperativos, no montante de R\$ 14.380 (no primeiro semestre de 2025, taxa média ponderada de 100,82% do CDI, montante de R\$ 10.992).

(ii) Os títulos e valores mobiliários, classificados como valor justo por meio do resultado devido não atenderem aos critérios do teste SPPJ, referem-se, substancialmente, ao custo de aquisição da participação na Cooperativa Central, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/20, demonstrado a seguir:

Descrição	Participação	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado			
Participação na Cooperativa Central	1%	5.563	4.639
Total		5.563	4.639

NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

As operações de crédito e os outros ativos financeiros com características de concessão de crédito, que estão inclusos na base de cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estão assim compostas e classificadas:

a) Composição da carteira de operações crédito por tipo de operação

Operações de crédito			30/06/2026			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Operações de crédito	45.564	45.129	90.693	45.984	48.460	94.444
Cheque especial e adiantamento a depositantes	1.172	-	1.172	1.002	-	1.002
Empréstimos	42.060	36.038	78.098	42.710	40.085	82.795
Financiamentos	1.779	1.759	3.538	1.773	1.602	3.375
Financiamentos habitacionais	553	7.332	7.885	499	6.773	7.272
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.668)	(1.653)	(3.321)	(1.743)	(1.837)	(3.580)
Saldo líquido	43.896	43.476	87.372	44.241	46.623	90.864

b) Composição de outros ativos financeiros com características de concessão de crédito

Outros ativos financeiros			30/06/2026			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	16.490	19	16.509	16.100	43	16.143
Valores a receber relativos a transação de pago (Nota 6)	16.490	19	16.509	16.100	43	16.143
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(114)	-	(114)	(128)	-	(128)
Saldo líquido	16.376	19	16.395	15.972	43	16.015

Total das operações de crédito e outros ativos financeiros com características de concessão de crédito			30/06/2026			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Total bruto das operações de crédito e outros ativos financeiros com características de concessão de crédito	62.054	45.148	107.202	62.084	48.503	110.587
Total das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.782)	(1.653)	(3.435)	(1.871)	(1.837)	(3.708)
Saldo líquido	60.272	43.495	103.767	60.213	46.666	106.879

c) Movimentação da carteira em estágios

Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo em 30/06/2026
Operações de crédito	88.127	(3.138)	(87)	882	758	-	(2.865)	83.677
Cheque especial e adiantamento a depositantes	894	(36)	-	49	-	-	234	1.141
Empréstimos	76.586	(3.102)	(87)	833	758	-	(3.875)	71.113
Financiamentos	3.375	-	-	-	-	-	163	3.538
Financiamentos habitacionais	7.272	-	-	-	-	-	613	7.885
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	15.962	(207)	-	113	2	-	420	16.290
Valores a receber relativos a transação de pago	15.962	(207)	-	113	2	-	420	16.290
Total	104.089	(3.345)	(87)	995	760	-	(2.445)	99.967

Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo em 30/06/2026
Operações de crédito	2.148	(882)	(112)	3.138	2	-	(935)	3.359
Cheque especial e adiantamento a depositantes	57	(49)	(7)	36	-	-	(20)	17
Empréstimos	2.091	(833)	(105)	3.102	2	-	(915)	3.342
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	172	(113)	-	207	-	-	(50)	216
Valores a receber relativos a transação de pago	172	(113)	-	207	-	-	(50)	216
Total	2.320	(995)	(112)	3.345	2	-	(985)	3.575

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo em 30/06/2026
Operações de crédito	4.169	(758)	(2)	87	112	(1.135)	1.184	3.657
Cheque especial e adiantamento a depositantes	51	-	-	-	7	-	(44)	14
Empréstimos	4.118	(758)	(2)	87	105	(1.135)	1.228	3.643
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	9	(2)	-	-	-	-	(4)	3
Valores a receber relativos a transação de pagamento	9	(2)	-	-	-	-	(4)	3
Total	4.178	(760)	(2)	87	112	(1.135)	1.180	3.660

Consolidado dos 3 Estágios					30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total				
Operações de crédito	83.677	3.359	3.657	90.693				
Cheque especial e adiantamento a depositantes	1.141	17	14	1.172				
Empréstimos	71.113	3.342	3.643	78.098				
Financiamentos	3.538	-	-	3.538				
Financiamentos habitacionais	7.885	-	-	7.885				
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	16.290	216	3	16.509				
Valores a receber relativos a transação de pagamento	16.290	216	3	16.509				
Total	99.967	3.575	3.660	107.202				

d) Reconciliação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, segregadas por estágios

Estágio 1	Saldo em 31/12/2025	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo em 30/06/2026
Operações de crédito	(648)	115	29	(70)	(301)	-	235	(640)
Cheque especial e adiantamento a depositantes	(11)	1	-	(3)	-	-	(5)	(18)
Empréstimos	(615)	114	29	(67)	(301)	-	259	(581)
Financiamentos	(13)	-	-	-	-	-	(8)	(21)
Financiamentos habitacionais	(9)	-	-	-	-	-	(11)	(20)
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	(98)	8	-	(6)	-	-	(2)	(98)
Valores a receber relativos a transação de pagamento	(98)	8	-	(6)	-	-	(2)	(98)
Total	(746)	123	29	(76)	(301)	-	233	(738)

Estágio 2	Saldo em 31/12/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo em 30/06/2026
Operações de crédito	(177)	70	6	(115)	-	-	63	(153)
Cheque especial e adiantamento a depositantes	(10)	3	-	(1)	-	-	7	(1)
Empréstimos	(167)	67	6	(114)	-	-	56	(152)
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	(23)	6	-	(8)	-	-	11	(14)
Valores a receber relativos a transação de pagamento	(23)	6	-	(8)	-	-	11	(14)
Total	(200)	76	6	(123)	-	-	74	(167)

Estágio 3	Saldo em 31/12/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo em 30/06/2026
Operações de crédito	(2.755)	301	-	(29)	(6)	1.135	(1.174)	(2.528)
Cheque especial e adiantamento a depositantes	(45)	-	-	-	-	-	34	(11)
Empréstimos	(2.710)	301	-	(29)	(6)	1.135	(1.208)	(2.517)
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	(7)	-	-	-	-	-	5	(2)
Valores a receber relativos a transação de pagamento	(7)	-	-	-	-	-	5	(2)
Total	(2.762)	301	-	(29)	(6)	1.135	(1.169)	(2.530)

Consolidado dos 3 Estágios					30/06/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total				
Operações de crédito	(640)	(153)	(2.528)	(3.321)				
Cheque especial e adiantamento a depositantes	(18)	(1)	(11)	(30)				
Empréstimos	(581)	(152)	(2.517)	(3.250)				
Financiamentos	(21)	-	-	(21)				
Financiamentos habitacionais	(20)	-	-	(20)				
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	(98)	(14)	(2)	(114)				
Valores a receber relativos a transação de pagamento	(98)	(14)	(2)	(114)				
Total	(738)	(167)	(2.530)	(3.435)				

e) Concentração dos principais devedores

Descrição	30/06/2026	%	31/12/2025	%
10 maiores devedores	16.964	15,82	18.157	16,42
50 maiores seguintes	23.422	21,85	23.879	21,59
100 maiores seguintes	29.283	27,32	29.606	26,77
Demais devedores	37.533	35,01	38.945	35,22
Total	107.202	100,00	110.587	100,00

A concentração refere-se à carteira das operações de crédito e outros ativos financeiros com características de concessão de crédito, considerando o grupo econômico na data dos balanços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

f) Cronograma de vencimentos das operações

Tipo de operação	30/06/2026	31/12/2025
Vencidos até 15 dias	340	212
Vencidos há mais de 15 dias	553	795
Vincendos até 90 dias	25.253	24.314
Vincendos de 91 até 180 dias	15.409	15.206
Vincendos de 181 dias até 360 dias	20.147	21.256
Vincendos de 361 dias até 720 dias	23.934	26.249
Vincendos após 720 dias	21.566	22.555
Total	107.202	110.587

g) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Tipo de operação	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do período	(3.708)	(4.214)
Ajustes de transição Res. 4.966/21	-	(700)
Créditos baixados para prejuízo	1.135	2.896
(-) Constituições/reversões	(862)	(1.690)
Saldo no fim do período	(3.435)	(3.708)

h) Renegociados e reestruturados

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Saldo de ativos financeiros renegociados/reestruturados	9.382	8.848
Percentual dos ativos reestruturados	58,60%	56,68%
Ativos financeiros renegociados/reestruturados baixados para prejuízo no período	199	709
Ativos financeiros renegociados/reestruturados reconhecidos no período	2.702	2.552

i) Receitas de operações de crédito

Descrição	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Adiantamentos a depositantes	14	12
Empréstimos cheque especial	455	465
Empréstimos	8.900	8.386
Financiamentos	979	352
Recuperações de ativos financeiros baixados como prejuízo	718	381
Total	11.066	9.596

No primeiro semestre de 2026, foram realizadas recuperações de ativos financeiros, que haviam sido reconhecidos como prejuízo em exercícios anteriores, no montante de R\$ 718 (no primeiro semestre de 2025, montante de R\$ 381).

No primeiro semestre de 2026, foram reconhecidas receitas de R\$ 2 e despesas de R\$ 1 relativas aos custos de transação dos instrumentos financeiros, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de receitas, incluindo as receitas apuradas pela taxa de juros efetiva, líquidas dos custos de transação e não reconhecidas em função de os ativos financeiros serem caracterizados como ativo problemático, totalizou o montante de R\$ 93 (em 30 de junho de 2025, montante de R\$ 130).

j) Despesas com provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Descrição	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Provisões/reversões para operações de crédito	(876)	(479)
Provisões/reversões para outros ativos financeiros	14	(3)
Provisões/reversões para garantias financeiras prestadas e outros compromissos de crédito	(10)	(11)
Total	(872)	(493)

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Outros ativos financeiros	16.553	273	16.826	16.395
Rendas a receber	50	-	50	-
Devedores por depósitos em garantias (i)	-	254	254	252
Pagamentos a ressarcir	13	-	13	-
Valores a receber relativos a transação de pagto (Nota 5b)	16.490	19	16.509	16.143
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 5b)	(114)	-	(114)	(128)
Total	16.439	273	16.712	16.267

(i) Devedores por depósitos em garantias, referem-se aos depósitos judiciais relativos aos processos:

Outros depósitos judiciais no montante de R\$ 44 (em 31 de dezembro de 2025, R\$ 44) e caução em garantia de aluguéis de R\$ 210 (em 31 de dezembro de 2025, R\$ 208).

NOTA 7 - OUTROS ATIVOS

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos (i)	-	666	666	666
(-) Provisões desvalorização ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	-	(93)	(93)	(93)
Adiantamentos e antecipações	157	-	157	108
Impostos e contribuições a compensar	124	-	124	125
Devedores diversos - País	282	-	282	294
Despesas antecipadas	42	-	42	36
Total	605	573	1.178	1.136

(i) Referem-se a bens recebidos em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito. Estes bens são destinados à venda.

Conforme a Resolução CMN nº 4.747/19, deve a instituição providenciar nova avaliação do bem para apuração do real valor de mercado atualizado, com vistas a contemplar a desvalorização correspondente. A provisão por desvalorização é registrada se o valor real de mercado for inferior ao valor do custo contábil do bem.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

NOTA 8 - IMOBILIZADO DE USO

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimada dos bens, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	30/06/2026	31/12/2025
				Líquido	Líquido
Imobilizações em curso	-	3	-	3	-
Benfeitoria em imóveis (i)	-	310	(67)	243	274
Mobiliários	10%	141	(36)	105	116
Equipamentos de comunicação e de segurança	10%	57	(54)	3	3
Equipamento de processamento de dados	20%	655	(532)	123	92
Direitos de uso em arrendamentos (ii) (Nota 11)	-	429	(9)	420	-
Outros equipamentos	10%	274	(142)	132	142
Total		1.869	(840)	1.029	627

(i) A vida útil é definida conforme o prazo de locação do imóvel.

(ii) A taxa anual de depreciação é definida conforme o prazo do contrato de arrendamento.

NOTA 9 - DEPÓSITOS E RECURSOS POR EMISSÕES DE LETRAS

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Depósitos	160.555	121.221	281.776	129.727	122.700	252.427
Depósitos à vista	124.779	-	124.779	106.119	-	106.119
Pessoa física	75.843	-	75.843	64.323	-	64.323
Pessoa jurídica	48.936	-	48.936	41.796	-	41.796
Depósitos a prazo	35.776	121.221	156.997	23.608	122.700	146.308
Pessoa física	12.811	76.809	89.620	12.131	74.040	86.171
Pessoa jurídica	22.965	44.412	67.377	11.477	48.660	60.137
Recursos por emissões de letras	1.160	1.604	2.764	991	2.015	3.006
Letras de crédito imobiliário	1.160	1.604	2.764	991	2.015	3.006
Pessoa física	1.160	1.604	2.764	991	2.015	3.006
Total	161.715	122.825	284.540	130.718	124.715	255.433

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo e as letras de crédito imobiliário (LCI), são remunerados com base no CDI, podendo ser contratados em prazos de vencimento variados, de acordo com as regras de cada papel. No primeiro semestre de 2026, foram remunerados encargos financeiros, a uma taxa média de 94,60% do CDI, no montante de R\$ 9.606 (no primeiro semestre de 2025, a uma taxa média de 93,64% do CDI, no montante de R\$ 8.070), registrados em dispêndios e despesas da intermediação financeira – operações de captação no mercado. Os depósitos a prazo, LCI foram segregados entre passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento das respectivas captações.

A LCI pode ser contratada com carência mínima de 6 meses com isenção de imposto de renda para pessoa física.

Os depósitos à vista, a prazo e as LCI, estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade, conforme seu estatuto:

I - Proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu regulamento;

II - Contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC);

III - Contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista.

NOTA 10 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição			30/06/2026		31/12/2025	
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Relações interfinanceiras	24.182	-	24.182	15.812	-	15.812
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação	7.717	-	7.717	-	-	-
Transações de pagamento - valores a pagar (I)	16.465	-	16.465	15.812	-	15.812
Total	24.182	-	24.182	15.812	-	15.812

(i) Referem-se a operações realizadas com participantes de sistemas de liquidação, relacionado a operações de cartões Visa.

NOTA 11 - ARRENDAMENTOS

Descrição	30/06/2026			31/12/2025		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Passivos financeiros ao custo amortizado						
Arrendamentos	107	322	429	-	-	-
Passivos de arrendamentos - valores a pagar	107	322	429	-	-	-
Total	107	322	429	-	-	-

A seguir, apresentam-se os direitos de uso de arrendamentos reconhecidos no ativo imobilizado de uso (nota 8) e suas respectivas movimentações no período:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do período	-	-
Adições	429	-
Despesas de depreciação (i)	(9)	-
Saldo no fim do período (Nota 8)	420	-

Abaixo estão demonstrados os passivos de arrendamentos - valores a pagar e as movimentações durante o período:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do período	-	-
Adições	429	-
Saldo no fim do período	429	-

(i) No primeiro semestre de 2026, as despesas com arrendamentos totalizaram o montante de R\$ 9 (no exercício de 2025, totalizaram R\$ 0).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

NOTA 12 - OUTROS PASSIVOS E PROVISÕES

Descrição			30/06/2026			31/12/2025
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros passivos	5.035	-	5.035	11.744	-	11.744
Impostos e contribuições a recolher	13	-	13	101	-	101
Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES)	199	-	199	216	-	216
Cotas de capital a pagar	409	-	409	1.149	-	1.149
Impostos e contribuições fiscais a recolher	198	-	198	684	-	684
Impostos e contribuições previdenciárias a recolher	109	-	109	101	-	101
Fornecedores diversos	102	-	102	14	-	14
Recursos em trânsito de terceiros	3.541	-	3.541	8.993	-	8.993
Credores diversos	464	-	464	486	-	486
Provisões	2.216	53	2.269	1.345	53	1.398
Provisões para pagamentos de despesas administrativas	1.088	-	1.088	314	-	314
Provisões para despesas com pessoal	1.064	-	1.064	977	-	977
Provisões para compromissos de crédito (i)	64	-	64	54	-	54
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (ii)	-	53	53	-	53	53
Total	7.251	53	7.304	13.089	53	13.142

(i) A composição e a movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas, relacionadas a compromissos de crédito, são apresentadas a seguir:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Valor Garantia	Provisão	Valor Garantia	Provisão
Compromissos de crédito	28.761	64	24.025	54
Descrição			Compromissos de crédito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025			54	54
Constituições de provisões			105	105
Reversões de provisões			(95)	(95)
Saldo em 30 de junho de 2026			64	64

(ii) As provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas são registradas frente a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nas ações em processos judiciais que a Coopnore Unicred é parte. A Administração da Coopnore Unicred, constituiu provisões para processos de riscos cíveis, tributários e trabalhistas em montantes considerados suficientes para fazer face à eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nas ações.

As provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com expectativa de perda provável e sua movimentação são demonstradas nos quadros a seguir:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Probabilidade de perda			
Ações Cíveis	Provável	53		53
		53		53
Descrição			Movimentação	
Saldo em 31 de dezembro de 2025				53
Saldo em 30 de junho de 2026				53

A Coopnore Unicred tem ações com expectativa de perda possível que são discutidas na esfera judicial, de acordo com os assessores jurídicos, as ações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
	Probabilidade de perda			
Ações Cíveis		121		-
Ações Tributárias	Possível	200		200

NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2026 o capital social, representado pelas integralizações de 4.840 cooperados, é de R\$ 22.305 (em 31 de dezembro de 2025, 4.620 cooperados, R\$ 21.327 de capital social). De acordo com o estatuto social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas ao fim do exercício recebem as destinações legais e estatutárias aplicáveis, conforme abaixo:

- O resultado de atos não cooperativos, apurado nas operações realizadas com não cooperados, é destinado integralmente ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES);
- 10% para a Reserva Legal, também denominada Fundo de Reserva, calculada sobre o resultado do exercício, após deduzido o montante correspondente ao resultado de atos não cooperativos. Esta reserva tem por finalidade reparar perdas eventuais da Cooperativa;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), calculado sobre o resultado do exercício, após deduzido o montante correspondente ao resultado de atos não cooperativos. O FATES é registrado como exigibilidade e tem por finalidade prestar assistência e educação aos cooperados, familiares, empregados e à comunidade, podendo ser executado mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não.

c) Sobras ou perdas acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, normas do BCB e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BCB, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

As sobras ou perdas acumuladas em 30 de junho de 2026 (e em 31 de dezembro de 2025), estão assim compostas:

Descrição	30/06/2026		31/12/2025	
Sobras ou perdas do período				
Resultado antes da remuneração do capital próprio		5.600		6.866
Destinações				
FATES - estatutário - ato cooperativo		-		(215)
Juros sobre o capital próprio		-		(2.553)
Aumento da reserva legal		-		(431)
Sobras ou perdas acumuladas		5.600		3.667

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

NOTA 14 - INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Cobrança	1.784	1.669
Comissão consórcio	204	201
Comissão de planos de saúde	216	136
Comissão previdência	72	42
Comissão de seguros	74	-
Compensação própria	23	32
Intercâmbio Visa	517	332
Tarifas	183	30
Outros serviços	60	125
Total	3.133	2.567

NOTA 15 - DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL E HONORÁRIOS

Descrição	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Honorários	(794)	(635)
Participação no resultado	(196)	-
Pessoal benefícios	(701)	(566)
Pessoal encargo social	(681)	(627)
Pessoal proventos	(1.452)	(1.426)
Total	(3.824)	(3.254)

NOTA 16 - OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Aluguéis	(183)	(139)
Comunicações	(52)	(59)
Depreciações e amortizações	(101)	(67)
Despesas da Cooperativa Central (i)	(3.089)	(3.462)
Manutenção e conservação de bens	(49)	(65)
Processamento de dados	(335)	(300)
Promoções e relações públicas	(1.212)	(779)
Propaganda e publicidade	(302)	(213)
Seguros	(36)	(39)
Serviços compartilhados Cooperativa Central	(219)	(166)
Serviços do sistema financeiro	(1.266)	(1.146)
Serviços especializados	(511)	(416)
Viagens e transportes	(106)	(116)
Outros dispêndios administrativos	(160)	(221)
Total	(7.621)	(7.188)

(i) Referem-se aos custos operacionais e administrativos incorridos pela Unicred do Brasil que foram suportados pela Cooperativa.

NOTA 17 - OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Despesas com ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	(51)	(37)
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	(199)	(170)
Fundo de assistência educacional	(64)	(26)
Fundo de assistência social	(4)	(3)
Fundo de assistência técnica	(15)	-
Fundo de perdas operacionais e fraudes externas	(26)	(17)
Perdas em processos cíveis, tributários e trabalhistas	(9)	-
Provisões para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	-	(685)
Serviços associados a transações de pagamentos	(116)	(39)
Outras provisões não associadas ao risco de crédito	(325)	-
Outros dispêndios operacionais	(68)	(29)
Total	(877)	(1.006)

NOTA 18 - OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Distribuição de resultados Corretora de Seguros	-	9
Distribuição de sobras da Cooperativa Central	11	-
Lucros na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda - próprios	12	-
Ressarcimento de dispêndios administrativos	19	181
Ressarcimento IOF exterior - Cartão Visa	178	51
Reversões outras provisões operacionais	5	10
Outras rendas operacionais	38	4
Total	263	255

NOTA 19 - SEGUROS CONTRATADOS

A Administração da Coopnore Unicred adota a política de contratar seguros, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 20 - PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A Coopnore Unicred é filiada à Cooperativa Central, entidade responsável por representar suas cooperativas filiadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e ao Sistema Financeiro Nacional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

A Cooperativa Central é uma sociedade cooperativa que tem por objeto social a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, por meio dos instrumentos previstos na legislação e na regulamentação em vigor, bem como nos normativos internos do Sistema Unicred, além de facilitar a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe à Cooperativa Central, dentre outras atribuições supervisoras e legais, integrar, orientar e supervisionar o funcionamento verificando o cumprimento da legislação, da regulamentação em vigor e das normas próprias do sistema cooperativo; prestar orientações administrativas, jurídicas, gerenciais e operacionais; promover a formação e a capacitação permanente dos membros de órgãos estatutários, gestores, associados e integrantes de sua equipe técnica; aplicar no mercado financeiro os recursos disponíveis, visando à rentabilização das cooperativas filiadas; e adotar medidas para assegurar o cumprimento das normas referentes à implementação de sistemas de controles internos, entre outras atribuições previstas em seu Estatuto Social.

A Coopnore Unicred, na qualidade de cooperativa filiada à Cooperativa Central e integrante do Sistema Unicred, responde, nos termos das disposições estatutárias e regulamentares aplicáveis, solidariamente, com seu patrimônio, pela insuficiência de liquidez na centralização financeira administrada pela Unicred do Brasil e pela inadimplência de qualquer cooperativa de crédito filiada à Unicred do Brasil. Além disso, a Coopnore Unicred responde, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora, pelas obrigações contraídas pela Unicred do Brasil perante o BNDES, o BRDE, a FINAME ou outra instituição financeira, desde que exista previsão estatutária neste sentido e, ainda, respeitadas as respectivas condições e hipóteses descritas em seu Estatuto Social. As operações com a Cooperativa Central estão relacionadas abaixo:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Ativo	243.407	202.599
Centralização financeira (Nota 4)	237.844	197.960
Participação na Cooperativa Central (Nota 4)	5.563	4.639
Descrição	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Receitas	14.380	11.001
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 4)	14.380	10.992
Distribuição de resultados Corretora de Seguros (Nota 18)	-	9
Despesas	(3.308)	(3.628)
Despesas da Cooperativa Central (Nota 16)	(3.089)	(3.462)
Serviços compartilhados Cooperativa Central (Nota 16)	(219)	(166)

b) Transações com partes relacionadas

As Pessoas-chave da Administração da Cooperativa abrangem os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, os quais, direta ou indiretamente, têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da instituição, em consonância com o conceito previsto no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

A Política de remuneração dos Diretores, os honorários de Presidente e Vice-presidente, bem como cédulas de presença dos Conselhos, são aprovadas em Assembleia Geral. Em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, estão divulgados abaixo os valores referentes aos honorários, à cédula de presença e às gratificações realizadas às Pessoas-chave da Administração da Coopnore Unicred na competência do semestre findo.

Descrição	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Honorários (Nota 14)	(794)	(635)

Para fins de divulgação contábil sobre partes relacionadas, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), observadas quando aplicáveis as disposições da Resolução CMN nº 4.693/18, são consideradas partes relacionadas as Pessoas-chave da Administração da Cooperativa e seus respectivos cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou por afinidade, até o segundo grau, incluindo, conforme o caso, pais, filhos, avós, netos, irmãos, sogros, genros, noras, enteados e cunhados, bem como pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelas Pessoas-chave da Administração ou por membro próximo de sua família, conforme definido anteriormente.

As transações com as Pessoas-chave da Administração e com as demais partes relacionadas, divulgadas abaixo, referem-se aos saldos de depósitos, à vista e a prazo, e às operações de crédito mantidas por elas na Coopnore Unicred. Tais operações foram realizadas no contexto normal das atividades da Cooperativa, sendo praticadas as mesmas condições aplicadas aos demais cooperados de mesmo perfil e risco, sem benefícios adicionais ou diferenciados.

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Operações de crédito	2.498	2.634
Depósitos	12.859	11.862
Capital social	722	663

NOTA 21 - ÍNDICE DE BASILEIA

A Coopnore Unicred apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, acima dos limites mínimos determinados pelo BCB, em 30 de junho de 2026 (e em 31 de dezembro de 2025), conforme demonstrado abaixo:

Descrição	30/06/2026	31/12/2025
Patrimônio de Referência – PR	35.258	29.182
RWA para Risco de Crédito - RWAcpad	142.680	134.207
RWA para Risco Operacional - RWAopad	10.589	9.233
RWA Total	153.269	143.440
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	18.392	17.213
Margem sobre o PR considerando o adicional de Capital Principal	16.866	11.969
Índice de Basileia	23,00%	20,34%

NOTA 22 - RESUMO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil, o Sistema Unicred adota uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e capital, por meio da Unicred do Brasil, sendo compatível com o modelo de negócios, produtos e serviços. A descrição da estrutura é apresentada no site da Unicred do Brasil no endereço eletrônico: <https://www.unicred.com.br/institucional/governanca/gerenciamento-de-risco>.

Essa estrutura fundamenta-se nas Resoluções CMN nº 4.606/17, nº 4.557/17 e nº 4.595/17, tendo a atribuição de gerenciar os riscos assumidos pela instituição, bem como a interação entre eles, de acordo com a Norma de Apetite por Riscos do Sistema Unicred, dando suporte nos assuntos acerca do gerenciamento de riscos e na tomada de decisão pela alta administração.

Para cada tipo de risco incorrido existem diretrizes específicas, mas que podem ser assim resumidas:

a) Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Também abrange todas as funções da Cooperativa, incluindo os sistemas, processos e infraestrutura de tecnologia da informação, e, quando aplicável, parceiros terceirizados, em consonância com os seus níveis de apetite de riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2026

(Em milhares de reais)

b) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar as perdas potenciais decorrentes do não cumprimento, pela contraparte, de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, da redução dos valores recuperáveis das exposições de crédito em função da deterioração da qualidade de crédito, bem como dos custos de recuperação e dos efeitos decorrentes de renegociações.

c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo monitorar os riscos associados à capacidade de honrar as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar as operações diárias.

d) Risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado tem por objetivo avaliar e controlar a flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Cooperativa.

e) Risco social, ambiental e climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático tem por objetivo mitigar a ocorrência de perdas relacionadas à violação de direitos e garantias fundamentais, à degradação do meio ambiente, à eventos climáticos extremos e ao processo de transição para uma economia de baixo carbono das partes interessadas relacionadas a Unicred.

f) Gestão de continuidade de negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios é o conjunto de ações e análises que permite a instituição agir de forma proativa nos cenários de interrupção prolongada por meio da ativação dos Planos de Continuidade dos processos vitais e críticos, bem como garantir adequada recuperação e restauração no caso de ocorrência destas eventuais interrupções.

g) Gestão de capital

Processo contínuo de avaliação, controle e monitoramento do capital mantido pelas Cooperativas, para que seja compatível com a dimensão e exposição aos riscos, adequados aos limites mínimos de Patrimônio determinados pelo Banco Central do Brasil.

h) Risco de conformidade

O gerenciamento do risco de conformidade tem como objetivo assegurar o cumprimento de leis e regulamentações, bem como prevenir atividades e condutas que possam expor o Sistema Unicred a riscos legais, regulatórios, de imagem ou reputacionais. Para isso, promove-se a disseminação de padrões institucionais e de uma cultura ética, alinhada aos objetivos estratégicos da organização e integrada à sua missão, visão e valores

i) Segurança da Informação

A estrutura de Segurança da Informação tem por objetivo assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações, assim como dos produtos e serviços do Sistema Unicred. Adotando estruturas de Segurança da Informação (Governança e Gestão de Acessos e Identidades), Segurança Cibernética e Prevenção à Fraudes.

Margot Virgínia Silveira de Souza
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 238.639.510-34

Deborah Simões Machado Real
Diretora Executiva
CPF: 901.430.940-68

Ana Claudia Silva da Silva
Diretora de Operações
CPF: 006.209.940-02

Cristiano de Freitas Colombo
Contador
CPF: 017.197.480-80
CRC RS-090966/O-3

FIM